

O TRABALHO E A RUA

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto

Ruben Cervini

Organizadores



O TRABALHO E A RUA:

Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80

Ayrton Fausto, Ruben Cervini (Org.)

Programação visual e Capa (sobre fotos de Maurício Bacellar): Carlos Clémen

Preparação de Originais: Helder Garmes

Edição de texto: Adma F. Muhana

Revisão: Celso Duarte, Maria de Lourdes de Almeida, Rita de Cássia M. Lopes

Coordenação editorial: Danilo A. Q. Morales

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

O Trabalho e a rua: crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80. — 2. ed. — São Paulo: Cortez. 1996.

Textos selecionados de estudos e pesquisas apoiados pela UNICEF, FLACSO.

ISBN 85-249-0305-8 (Cortez) ISBN 85-85140-02-X (FLACSO do Brasil)

1. Adolescentes - Brasil - Condições sociais 2. Brasil - Política social 3. Crianças - Brasil - Condições sociais 4. Menores - Trabalho - Brasil 5. Menores abandonados - Brasil I. UNICEF. II. Faculdade Latino-Americana de Ciências Sociais. III. UNESCO - Organização das Nações Unidas para Educação, Ciência e Cultura. IV. Crianças e adolescentes no Brasil urbano dos anos 80.

91-2545

CDD-362.70981

331.310981

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil: Adolescentes: Problemas sociais 362.70981
2. Brasil: Crianças: Problemas sociais 362.70981
3. Brasil: Meninos de rua: Problemas sociais 362.70981
4. Brasil: Menores: Trabalho: Economia 331.310981
5. Trabalho infantil e juvenil: Economia 331.310981

Nenhuma parte desta obra pode ser reproduzida ou duplicada sem autorização expressa dos editores

© 1991 by UNICEF/FLACSO/UNESCO

Direitos para esta edição

CORTEZ EDITORA

Rua Bartira, 387 — Tel.: (011) 864-0111

05009-000 — São Paulo — SP

Impresso no Brasil — 1996

Sumário

Prefácio	9
Introdução	15

Capítulo 1

O menino trabalhador no Brasil urbano dos anos 80.....	17
--	----

Ruben Cervini, Freda Burger

Capítulo 2

Pobreza, cor e trabalho infanto-juvenil.....	47
--	----

I. As conseqüências da pobreza sobre a infância e a adolescência	48
--	----

Ricardo Paes de Barros,

Rosane S. Pinto de Mendonça

II. Conseqüências de longo prazo do trabalho precoce.....	56
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

III. O papel da cor na inserção do menor no mercado de trabalho metropolitano brasileiro.....	62
---	----

Ricardo Paes de Barros, Eleonora Cruz Santos

Capítulo 3

«Menores» institucionalizados e meninos de rua: os grandes temas de pesquisas na década de 80	69
---	----

Irene Rizzini, Irma Rizzini

Capítulo 4

Crianças de rua: um estudo das suas características demográficas	91
--	----

Eduardo Juárez

Capítulo 5

Meninos de rua e meninos na rua:
estrutura e dinâmica familiar117

Alda Judith Alves-Mazzotti

Capítulo 6

Da casa à rua: a cidade como
fascínio e descaminho133

Arno Vogel, Marco Antonio da Silva Mello

Capítulo 7

A família contra a rua: uma análise
psicossociológica da dinâmica familiar em
condições de pobreza151

Wilson Moura

Capítulo 8

A montanha e a pedra: os limites da política
social brasileira e
os problemas de infância e de juventude195

Vilmar Faria

Anexo estatístico

O menino trabalhador no Brasil
urbano dos anos 80227

*Ruben Cervini, Freda Burger,
Lucilene Dias Cordeiro*

MENINOS DE RUA E MENINOS NA RUA:

Estrutura e dinâmica
familiar

Alda Judith Alves-Mazzotti*

FLACSO/Sede Acadêmica Brasil/UFRJ



Capítulo

55

Índice

1. Introdução
 2. Resultados e discussão
- Anexo 1
- Anexo 2

1. Introdução

O interesse pela chamada “questão do menor”¹ assume no Brasil crescente relevância a partir da década de 70. Vários fatores parecem ter contribuído para o alargamento da consciência sobre o problema. Em primeiro lugar, é nessa época que a produção estatística para a área social começa a apresentar, em nível internacional, indicadores sociais como forma de identificar a defasagem entre crescimento econômico e acesso aos benefícios sociais. É também nessa época que se acentuam as desigualdades na distribuição de renda, agravando a situação de pobreza de amplas camadas da população. É, ainda, na década de 70 que se acelera o processo inflacionário, acarretando perdas no poder de compra dos salários, o que atinge de modo mais perverso as famílias de mais baixa renda. Diante desse quadro de pauperização, um grande contingente de menores é levado a buscar nas ruas meios de sobrevivência, os quais, se em sua maioria constituem formas de trabalho, incluem também outros tipos de atividades legais e ilegais. A conjugação dos fatores citados, portanto, além de conduzir a um agravamento da situação do menor, lhe confere visibilidade, o que explica a maior preocupação com o problema.

Essa preocupação evidencia-se em um aumento significativo do número de pesquisas sobre essas crianças e adolescentes, notadamente na década de 80. Grande parte desses estudos, entretanto, focaliza o menor trabalhador e toma como base dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), do Censo e da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) e da Relação Anual de Informações Sociais (RAIS), os quais, por serem coletados com objetivos mais amplos, não são suficientes para a identificação de fatores relevantes para a compreensão da situação do menor. Além disso, esses dados tomam, como principal referência, o mercado formal (Silva, Ferreira & Caillaux, 1988), tendo, portanto, utilidade limitada na caracterização do trabalho infantil nas áreas urbanas, que se concentra maciçamente no setor informal (Pires, 1988).

No que se refere às famílias desses menores, as informações disponíveis são bastante escassas, observando-se, também aí, larga predominância de análises baseadas nos Censos e PNADs, as quais, ao se restringirem aos aspectos demográficos, não permitem desvelar toda a complexidade da estrutura e da dinâmica familiar, bem como características sócio-culturais particulares (Silva *et alii*, 1988). É importante assinalar, ainda, que a definição de família adotada pelo Censo e pela PNAD amplia excessivamente esse conceito², o que introduz vieses na interpretação dos resultados

apresentados por esses estudos.

Apesar das limitações apontadas, essa literatura sugere algumas características familiares que podem contribuir para a presença do menor na rua. Dentre essas características, destacam-se a extrema pobreza, a condição de migrante e a desagregação familiar — geralmente representada pela ausência do pai, transferindo à mãe o papel de chefe da família.

A segunda metade da década de 80, entretanto, marca uma nova etapa na produção do conhecimento sobre esses menores: várias pesquisas, realizadas em diversas regiões do País, procuram descrever o “perfil” e as condições de vida das crianças e adolescentes encontrados nas ruas dos grandes centros urbanos. Rizzini & Rizzini (ver Capítulo 3 deste livro), comparam os resultados dessas pesquisas e indicam alguns pontos comuns, dentre os quais podemos destacar: (a) vasta predominância de crianças e adolescentes do sexo masculino (cerca de 90% do total); (b) idades variando entre 7 e 17 anos, com maior concentração na faixa de 11 a 14; (c) grande número de vendedores ambulantes, seguindo-se, como atividades mais comuns, guardadores e lavadores de carros, engraxate e carregador de feira; e (d) existência de uma parcela desses menores, embora francamente minoritária, que recorre, esporádica ou sistematicamente, a atividades marginais que incluem tanto a mendicância como diversas formas de infração (roubo, furto, consumo de drogas e prostituição, entre outras).

Mas, talvez, a maior contribuição desses estudos tenha sido a descoberta de que, ao contrário do que se pensava até então, a grande maioria dos menores encontrados nas ruas não são “abandonados”: se é certo que eles passam a maior parte do seu tempo na rua, ao final de suas geralmente longas jornadas de trabalho retornam ao convívio familiar.

Tais estudos, portanto, se de um lado ampliam o conhecimento sobre o tema, de outro apontam a necessidade de se distinguir menores *na* rua, isto é, aqueles que exercem suas atividades na rua mas vivem com suas famílias, de menores *de* rua, os quais, tendo rompido parcial ou totalmente os vínculos familiares, moram nas ruas, expondo-se, assim, a maiores riscos.

Numa tentativa de reduzir essa ambiguidade, o Encontro de Bogotá, realizado pela UNICEF em 1989, procurou caracterizar o menor *de* rua, distinguindo-o do menor *na* rua, ao qual chamou de “menor em estratégia de sobrevivência”³. Uma comparação entre as

e/ou moram em um mesmo domicílio, incluindo, assim, pessoas não aparentadas que moram juntas, pessoas que moram sozinhas e famílias propriamente ditas, acrescidas de seus empregados, agregados e pensionistas. Além disso, as informações estão referenciadas ao chefe do domicílio, o que faz com que o código “filho” tanto possa significar filho biológico como adotivo, ou filho de um só cônjuge.

3. Segundo o Encontro de Bogotá, menores de rua são crianças e adolescentes até 18 anos que: (a) habitam zonas urbanas; (b) têm vínculos familiares débeis, quando os têm; (c) desenvolvem habilidades e destrezas de sobrevivência; (d) têm na rua seu hábitat principal, substituindo a família como fator essencial de crescimento e socialização; e (e) estão expostos a riscos consideráveis e específicos. Já os “menores em estratégia de sobrevivência”, são caracterizados como crianças e adolescentes até 18 anos que: (a) mantêm vínculo familiar; (b) realizam atividades destinadas a garantir seu sustento, que tanto podem estar incluídas na economia formal como na informal ou mesmo marginal; (c) se desenvolvem fora do núcleo familiar, na rua ou fora dela, onde passam parte ou todo o seu tempo; (d) recebem ou não remuneração, que pode ser em dinheiro, espécie ou serviço; e (e) o que recebem pode ser para si, para seu grupo de referência ou para terceiros.

1. O termo “menor” é usado neste trabalho por ser uma denominação mais sintética que inclui crianças e adolescentes de ambos os sexos. Estamos conscientes das conotações pejorativas que podem acompanhar sua utilização, as quais queremos, de início, descartar.

2. Segundo a definição do Censo e da PNAD, famílias são constituídas por aqueles que têm laços de parentesco, dependência econômica

características dos dois grupos indica que as principais diferenças entre eles se referem ao nível de risco a que estão submetidos e à natureza dos vínculos que mantêm com a família.

Cabe então esclarecer algumas questões de extrema relevância para a compreensão da problemática desses menores: o que faz com que, aparentemente enfrentando condições sócio-econômicas igualmente desfavoráveis, algumas crianças permaneçam ligadas a suas famílias, enquanto outras trocam a casa pela rua? Será que existem diferenças na história, estrutura e dinâmica, bem como em condições de vida das famílias desses dois grupos de menores que possam, de alguma forma, contribuir para a manutenção ou a ruptura dos vínculos familiares? Em caso afirmativo, qual a natureza dessas diferenças? Como o conhecimento dessas diferenças pode ser usado para orientar políticas de apoio ao menor, prevenindo a "produção" de meninos de rua?

Essas são as questões de interesse desta pesquisa. Partindo do pressuposto de que o convívio familiar é, em princípio, o ambiente mais adequado ao desenvolvimento psicossocial das crianças, investigamos, em uma vasta gama de aspectos relacionados às famílias de menores *de* rua e de menores que trabalham *na* rua, quais as diferenças que poderiam estar relacionadas à manutenção dos vínculos familiares. Para efeito de comparação, procuramos caracterizar, em cada um desses grupos: (a) quem são os componentes da unidade familiar; (b) qual seu nível de renda; (c) quais as condições do local onde vivem; (d) de onde vieram; (e) qual a estrutura atual da família e por quais transformações passou; (f) como as pessoas se relacionam entre si; (g) como se relacionam com outras pessoas, grupos e instituições; e (h) quais as suas principais preocupações e com quem contam para resolvê-las. Investigamos, ainda, a percepção da família sobre a vida do menor, antes e depois da saída (para o trabalho ou a rua), bem como sobre os motivos que teriam levado à saída.

No que se refere à estrutura e interação no grupo familiar, trabalho e sustento, ouvimos, além da família, o menor, que se pronunciou, ainda, sobre sua vida anterior e posterior à saída e sobre os motivos que o levaram ao trabalho ou ao abandono do convívio familiar. Tal procedimento visou conhecer a perspectiva do menor sobre esses aspectos, além de servir como uma segunda fonte, para efeito de triangulação.

A análise destas questões foi feita através de uma integração das abordagens quantitativa e qualitativa, na qual os dados quantitativos, se de um lado fornecem suporte e orientação à investigação qualitativa, de outro ganham, através desta, maior profundidade e significação. A análise quantitativa, objeto deste capítulo, se baseia em entrevistas com 128 famílias e 128 menores, sendo que, destes, 42 são de rua e os demais, num total de 86, estão distribuídos em quatro subgrupos de menores que trabalham na rua. (A descrição completa da metodologia se encontra no Anexo 1, p. 128)

A parte qualitativa compreende uma análise sócio-antropológica (Capítulo 7) e uma análise psicossocial (Capítulo 6).

2. discussão e resultados



A comparação entre famílias de meninos de rua e de meninos trabalhadores foi feita em função de um grande número de variáveis, organizado em sete categorias. Os resultados (ver Tabela no Anexo 2) são analisados a seguir.

Composição familiar

Os componentes da unidade familiar foram caracterizados segundo os seguintes aspectos: sexo, idade, grau de parentesco com o menor, escolaridade, situação de trabalho e sustento da família.

A distribuição dos componentes da família por sexo indica que os menores de rua, ao contrário dos outros estratos, pertencem a famílias onde há, do ponto de vista demográfico, predominância do sexo feminino, predominância esta que será observada em outros aspectos, como veremos posteriormente. Quanto à idade, observa-se um grande número de crianças e jovens menores de 18 anos em todos os grupos (mais de 50% em todos eles e 57,9% em média), sendo que, destes, a maioria se localiza na faixa entre 7 e 14 anos (31,5% em média). Não há diferenças sensíveis entre os estratos em qualquer das faixas consideradas.

A unidade familiar é basicamente constituída por pais e filhos (87,6%), sendo a presença de parentes pouco significativa (4,2%), assim como a de agregados (7,2%). O número médio de pessoas por unidade familiar varia de 5,4 (em famílias de menores de rua) a 8,2 (vendedores ambulantes e jornaleiros) perfazendo 6,6 em média. Esses números, bastante elevados considerando-se a média brasileira — que, segundo a PNAD 89, se concentra entre 3 e 4 pessoas por família (42,1%) — são, entretanto, característicos das famílias de baixa renda.

Quanto à escolaridade, a faixa de maior concentração para todos os grupos corresponde ao primeiro grau incompleto, o que confirma observações freqüentemente encontradas na literatura educacional da década de 80: atualmente o problema das classes de baixa renda não é tanto o acesso à escola, e sim a permanência. Embora essas populações continuem a confiar na escola como meio de ascensão social, dela vêm sendo expelidas antes de completarem o primeiro grau.

Entre menores de rua encontra-se o maior número de pais (35,7%) e de irmãos (12,4%) analfabetos, percentuais estes bem mais elevados do que os correspondentes aos menores trabalhadores (21,7% e 4,8% respectivamente).

A análise da situação de trabalho dos diversos componentes da unidade familiar indicou que as famílias dos menores de rua se distinguem das demais pelo fato de apresentarem os mais baixos percentuais de pais trabalhando (57,1%), o que não ocorre com as mães, cuja inserção no trabalho (67,9%) supera a média obtida nos demais grupos (61,3%). No extremo oposto situam-se as famílias dos menores trabalhadores dos bairros, os

quais, de um lado, apresentam a maior taxa de atividade no que refere aos pais, mas, de outro, têm o menor percentual de mães trabalhando fora (45,5%). Informações quanto ao sustento da família, obtidas junto à própria família e junto ao menor, ratificam as configurações acima descritas, sugerindo que não se trata de um fenômeno apenas conjuntural: enquanto nas famílias de menores trabalhadores (à exceção das de engraxates, lavadores de carro e catadores de papel) o pai é apontado como principal responsável pelo sustento da unidade familiar, seguindo-se as mães, nas famílias de menores de rua a situação se inverte. O contraste é mais flagrante quando estes são comparados aos menores trabalhadores de bairro, como pode ser observado na Figura 1.

É importante assinalar, também, que o próprio menor foi indicado pela família como principal fonte de sustento da unidade familiar por 14,2% das famílias de engraxates, vigias de carro e catadores de papel e por 20% das de carregadores de feira. Ainda segundo as famílias, 65,2% dos menores trabalhadores contribuem regularmente para o sustento da casa e 27% de modo eventual. Os menores de rua, ao contrário, em sua maioria (78%) não dão qualquer contribuição.

Além de contribuir diretamente para o orçamento familiar, 83,7% dos menores trabalhadores têm responsabilidades referentes a tarefas domésticas, o que constitui um ônus adicional em suas vidas já tão sacrificadas.

Em resumo, no que se refere aos meninos de rua, cabe destacar que a inversão entre mãe e pai, do papel de principal provedor da família, por contrariar dados culturais fortemente arraigados, traz conseqüências não apenas objetivas, mas também subjetivas, para a dinâmica familiar. Entre as objetivas, destaca-se a sobrecarga representada pela dupla jornada de trabalho das mães, restringindo seu convívio com os filhos. Entre as subjetivas, está a transmissão de uma imagem enfraquecida do pai, incapaz de cumprir, a contento, as funções que lhe são atribuídas socialmente.

Renda *per capita*

Para a estimativa da renda *per capita*, foram feitos dois cálculos. O primeiro seguiu o procedimento tradicional: os rendimentos de todos os componentes da unidade familiar foram somados e divididos pelo número deles. Num segundo cálculo, fez-se o expurgo dos rendimentos dos menores, isto é, calculou-se o somatório da renda dos maiores de 14 anos e dividiu-se pelo total de membros da unidade familiar.

A comparação dos resultados dos dois cálculos — renda total e expurgada — parece confirmar, em parte, a observação feita por Barros & Mendonça (1990) de que, entre as famílias pobres, a renda familiar se apresenta um pouco mais alta exatamente naquelas em que há maior participação dos menores no mercado de trabalho: as famílias dos meninos trabalhadores de bairro, que têm a renda *per capita* mais alta (0,66% do salário-mínimo), são também aquelas que mais contam com a contribuição de menores na composição dessa renda (31,8% do total).

Em todos os grupos, os menores contribuem para o orçamento familiar, até mesmo os menores de rua, em-

bora em menor escala, como seria de se esperar. Considerando-se o conjunto de menores trabalhadores, sua participação representa 20% do total da renda familiar. Tais percentuais certamente não refletem a real contribuição dos menores para a economia familiar, uma vez que não incluem aquela que é dada sob a forma de trabalho, bem como a representada pelas despesas que estes fazem com seu próprio sustento (vestuário, material escolar, refeições na rua, entre outras).

Quanto aos valores da renda *per capita* total, ficam em torno de meio salário-mínimo. Vale lembrar que em 1988, mais de 50% dos menores pertenciam a famílias brasileiras com renda *per capita* abaixo de meio salário-mínimo (IBGE, 1990).

Como pode ser observado na Tabela apresentada no Anexo 2, as famílias de meninos de rua não são as mais pobres, mesmo quando se inclui a contribuição dos menores, parcela bem mais relevante no caso dos menores trabalhadores. Se considerarmos a renda expurgada, a média das famílias de menores trabalhadores baixa para 0,44%, enquanto a de menores de rua passa para 0,51%, só superada pela dos carregadores de feira. A renda familiar, portanto, não constitui fator relevante para a distinção entre menores de rua e menores trabalhadores. Cabe ainda esclarecer que o cálculo dos desvios-padrão indica que as famílias dos menores de rua são aquelas que apresentam maior variabilidade em termos de renda.

Hábitat

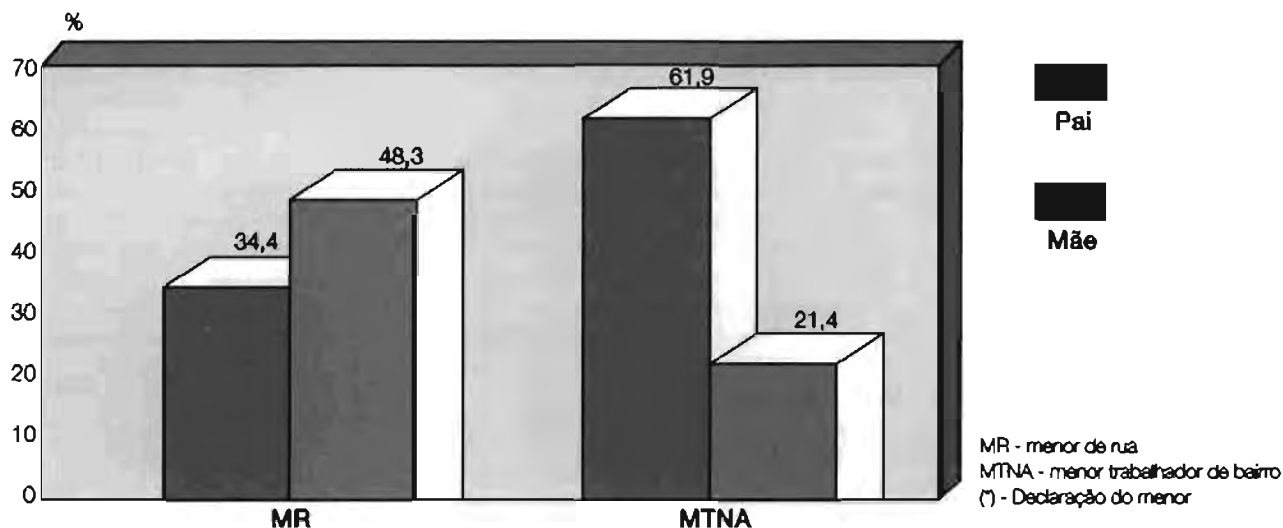
Na categoria hábitat procurou-se colher informações que pudessem lançar alguma luz sobre as condições de vida a que essas famílias estão submetidas. As seguintes variáveis foram investigadas: situação de moradia, área aproximada, número de cômodos, número de moradores, tipo de construção, condições gerais de ordem e higiene, e infraestrutura existente na área.

No que se refere à situação de sua moradia, 65,8% das famílias declararam-se proprietárias o que parece surpreendente, dada a faixa de renda em que se encontram. Esse percentual, entretanto, é ainda menor, embora bem próximo, do que os encontrados por Pires (1988) e por Haguette (1982) em pesquisas com populações de nível de renda semelhante: 72,5% e 72,7%, respectivamente. Uma explicação para esses resultados é apontada por Faleiros (1988): os moradores de "invasão" se sentem proprietários de suas casas, já que, na maioria das vezes, se apropriam dos terrenos e não das casas, que eles mesmos constroem. No caso de Goiânia, entretanto, a situação é um tanto diversa. Os governos estadual e municipal adotaram uma política de regulamentação das invasões, através da desapropriação, demarcação, urbanização e legalização de posse das áreas invadidas. É, portanto, provável que a grande maioria dos que se declaram proprietários, de fato o seja.

A maior parte das residências (74,6%) se situa na faixa de até 50m², sendo que, destas, cerca de um terço (31,4%) têm 20m² ou menos. As famílias dos menores de rua são aquelas que têm o maior percentual de unidades vivendo em casas de maior área: 33,4% têm mais de 50m² (contra apenas 19,6%, em média, nas famílias de menores trabalhadores), embora a maioria (66,6%) viva em ca-

Fig. 1

Principal responsável pelo sustento da família*



sas de menos de 50m². Tal fato provavelmente se explica pela variabilidade observada na renda desse grupo.

As residências variam entre 1 e 9 cômodos, com predominância (60,8%) das que possuem de 2 a 4 cômodos. Se considerarmos que os cômodos mais comuns nas residências de famílias dessas populações são dormitórios, a sala (geralmente reversível), a cozinha e, às vezes, o banheiro (Haguette, 1982), é de se supor que essas casas tenham no máximo 2 quartos. O número de moradores por domicílio varia de 1 a 12 pessoas. A maioria das unidades familiares (67,5%) é constituída por grupos de 5 a 8 pessoas, com maior concentração entre 6 e 7 pessoas (40,3%).

As famílias de menores de rua apresentam o maior percentual de unidades familiares pequenas, entre 1 e 4 moradores (45,9%), o que pode ser explicado, em parte, pelo fato de terem essas famílias pelo menos um e, em 50% dos casos, mais de um dos filhos morando na rua.

Quanto ao tipo de construção, 89,3% das moradias são de alvenaria ou madeira, sendo apenas 10,7% improvisadas com tábuas, zinco, papelão ou uma mistura desses ou outros materiais não originariamente destinados à construção. Segundo avaliação dos entrevistados, 47,1% das casas apresentam boas condições de ordem e higiene, 38% condições razoáveis e apenas 14,9% condições insatisfatórias.

No que se refere à infra-estrutura disponível no local de moradia, 46,5% das famílias contam com água da rede pública, e as demais utilizam-se de água de cisterna. Todas as famílias consultadas, exceto uma, de menor de rua, têm energia elétrica em suas casas. Quanto à rede de esgotos, porém, o quadro é bem diverso: apenas 32,3% das famílias contam com esse serviço.

Em resumo, no que se refere ao hábitat, o panorama aqui descrito parece bem menos dramático do que o que enfrentam as famílias de baixa renda nas grandes cidades do País. A maioria das famílias é proprietária de suas casas, estas não são construídas de modo tão precário, as condições de ordem e higiene são de boas

razoáveis na maior parte das moradias e, quanto à infra-estrutura, apenas a rede de esgotos deixa muito a desejar. O principal problema se situa no espaço físico, uma constante na caracterização das condições de vida das famílias de baixa renda nas áreas urbanas.

Quanto à distinção entre menores de rua e menores trabalhadores, as condições de vida observadas em suas respectivas famílias não apresentam diferenças relevantes.

Migrações

A condição de migrante, freqüentemente associada a famílias de menores subempregados e de rua, se evidencia em todos os grupos pesquisados (76,4% em média), chegando a 100% no grupo de engraxates, vigias de carro e catadores de papel. Não se observam diferenças entre as famílias de menores de rua e de menores trabalhadores quanto a essa condição.

Quanto à relação entre migração e desemprego, contestada por Pires (1988) com base em dados dos Censos de 60 e 70, parece ser confirmada pelos resultados obtidos neste estudo: as famílias dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, que são 100% migrantes (28,6% migrados de outro município e 71,4% de outro estado), têm também o maior índice de desemprego (24,7%), enquanto as famílias dos meninos trabalhadores de bairros, que têm a menor percentagem de migrantes de outros estados, têm também a maior taxa de emprego (64,6%).

Estrutura e estabilidade familiar

No que se refere à estrutura familiar, procurou-se investigar aspectos que trouxessem informações, não

apenas sobre suas características atuais, mas também sobre sua trajetória. Assim, os dados sobre o tipo de família descrevem, além da família do menor, a de seu pai e de sua mãe. Descreve-se, ainda, o tipo e estabilidade do vínculo do casal.

As informações sobre o tipo em que se enquadra a família atual foram obtidas junto à família e junto ao menor. Essas informações indicam um grande número de famílias desfeitas (definidas como aquelas em que se observa a ausência do pai ou da mãe biológicos) em todos os grupos. Segundo a visão dos menores, o grupo que apresenta maior percentual de famílias desfeitas é o dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, seguindo-se o de menores de rua, enquanto o menor percentual corresponde aos menores trabalhadores de bairro. Esses resultados são apresentados na Figura 2.

Os dados ilustrados na Figura 2 parecem confirmar a equação perversa, tantas vezes citada na literatura, entre migração, desemprego e dissolução da família: entre os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, cujas famílias são todas migrantes e apresentam o maior índice de desemprego, é que se observa maior percentual de famílias desfeitas; por outro lado, no grupo de famílias de menores trabalhadores dos bairros, onde há poucos migrantes e a taxa de inserção no mercado de trabalho é a mais alta, encontra-se o menor índice de famílias desfeitas, entre todos os grupos considerados.

Os dados obtidos confirmam, também, as conclusões de Silva *et alii* (1988), segundo as quais há, entre as famílias de baixa renda, uma grande incidência de mulheres chefes de família sem cônjuge e com filhos, uma vez que o elemento ausente é tipicamente o pai e, em 28,5% dos casos, esse lugar não foi preenchido por um novo companheiro.

Entre as famílias ancestrais, porém, as de tipo nuclear (pai, mãe e filhos) ou ampliada (pai, mãe, filhos e parentes) predominam em todos os grupos (63,7% do lado paterno e 67,7% do lado materno), o que afasta a hipótese de uma história de "desagregação familiar". Estes resultados são bastante semelhantes aos obtidos por Juarez (ver Capítulo 4 desta publicação) que, trabalhando com populações comparáveis, encontrou entre os ancestrais imediatos 64,9% de famílias nucleares completas.

Quanto ao tipo de vínculo do casal, nas famílias dos menores trabalhadores, 52,3% são casados e 25,7% moram juntos sem casamento. Essas uniões, porém, parecem apresentar uma certa estabilidade: 82,4%, em média, têm 5 anos ou mais, 57,1% dos casais vivem sua primeira união e 34,1%, a segunda. Nas famílias de meninos de rua, as uniões são menos estáveis (apenas 60% delas têm 5 anos ou mais) e 19,5% das mães declararam nunca ter tido qualquer ligação estável.

Tomados em conjunto, esses dados não oferecem apoio para a visão estereotipada encontrada, tanto no imaginário social, como em algumas produções acadêmicas, sobre o ambiente familiar desses menores: famílias tipicamente "desagregadas" nas quais as mães trocam constantemente de parceiros, impondo essa situação aos filhos. É certo que existe um grande número de uniões desfeitas, mas isto poder ser, em parte, explicado pelas vicissitudes que a vida impõe a essas famílias. Além disso, o quadro aqui descrito não difere substancialmente do que é encontrado em famílias de classes mais favorecidas.

Finalmente, a comparação entre as características observadas nas famílias dos menores de rua e de diferentes subgrupos de menores trabalhadores indica duas configurações bem distintas: de um lado, os menores de rua e o grupo dos engraxates, vigias de carro e catadores de papel, com maior grau de desestruturação familiar, e, de outro, os trabalhadores de bairro e os jornaleiros e vendedores ambulantes, apresentando famílias mais estruturadas. Tais configurações podem ser sugestivas, uma vez que os dois primeiros grupos são aqueles que ficam mais "soltos" na rua. Por outro lado, os jornaleiros e ambulantes, por estarem (no caso dos menores incluídos neste estudo), mais circunscritos aos terminais rodoviários, e os trabalhadores de bairro, por exercerem suas atividades em locais mais pacatos e geralmente próximos de suas residências, estão menos fora de controle.

Interação familiar

Na categoria interação no grupo familiar são analisados alguns indicadores de poder decisório, de comunicação e de solidariedade entre os membros da família. Para o levantamento desses dados foram ouvidos também os menores. No caso dos menores de rua, as informações referem-se ao período anterior à sua saída de casa.

Em relação à educação do menor, o poder decisório está fortemente concentrado nas mães, em todos os grupos considerados (71,9%, em média, segundo as famílias, e 63,1%, segundo os menores), o que segue o padrão dominante em nossa cultura. Embora não haja grandes diferenças entre os grupos, é entre os menores de rua que o pai detém menor poder decisório. Mas há aqui mais um dado que nos parece revelador: este foi o único grupo em que, tanto as famílias como os próprios meninos, declarou não saber quem decidia sobre a educação do menor, o que revela ou ambigüidade, ou ausência de controle sobre o filho.

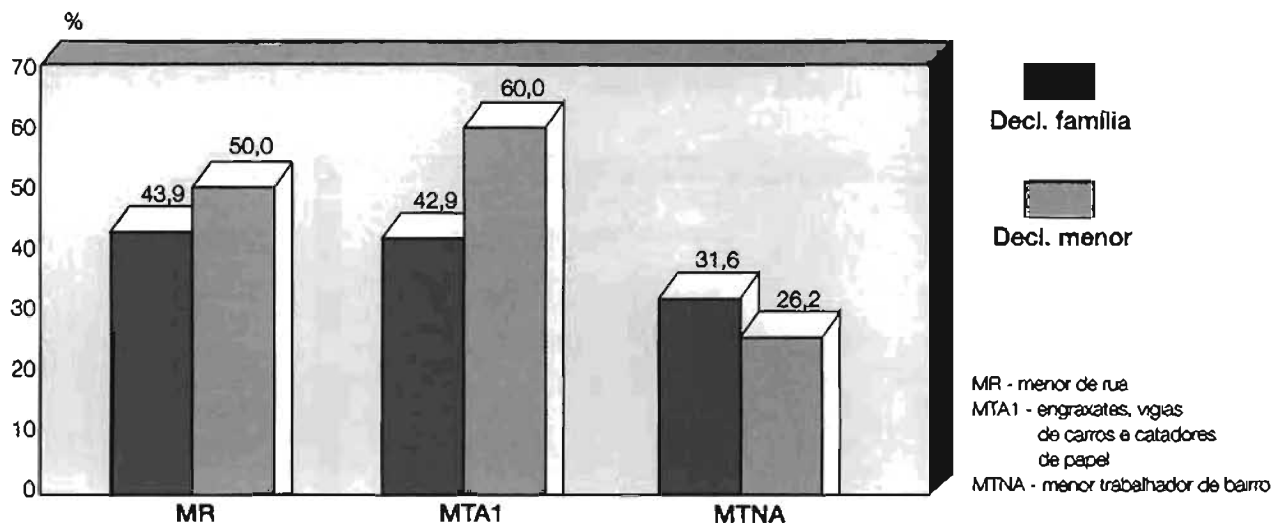
Quanto ao destino do dinheiro ganho pelo menor, novamente o poder decisório se concentra nas mães (61,1% segundo as famílias e 50% segundo o menor) e também, novamente, nas famílias de meninos de rua observa-se o mais baixo grau de poder decisório dos pais, embora haja discordância entre a opinião dos menores (21,1%) e a das famílias (5,1%).

Além de decidir sobre a educação e o destino do dinheiro ganho pelos filhos, as mães aparecem, em todos os grupos, como principais responsáveis pela punição dos menores, tanto na percepção destes (55,3%), como na das famílias (69,5%). No que se refere aos menores de rua, em comparação com os menores trabalhadores, os pais, se por um lado são os que detêm menos poder, por outro são mais punitivos, aspecto em que ambas as fontes de informação estão de acordo.

O tipo de "corretivo" mais comum, segundo as famílias, é o verbal (65,5%), predominando sobre os castigos corporais (29%). Essa visão é corroborada pelos menores de todos os grupos, exceto pelos menores de rua que, em franco desacordo com o que declaram suas famílias (39%), indicam uma alta incidência de castigos corporais (62,5%).

Fig. 2

Famílias desfeitas segundo declaração da família e do menor



À medida que se analisam outros aspectos da dinâmica familiar, como comunicação, confiança e ajuda mútua, a figura do pai vai assumindo, cada vez mais, um plano secundário em relação às mães, em todos os grupos investigados: conversa muito menos com o menor, ajuda-o muito menos, e merece muito menos a sua confiança. Considerando-se a subjetividade desses aspectos, é interessante observar que há um alto grau de concordância entre o julgamento das famílias e as respostas dos menores, o que atesta a fidedignidade dos dados mencionados.

Poder-se-ia argumentar que tal configuração não seria específica das famílias desses menores, uma vez que, tradicionalmente, os pais, em função de seu envolvimento no trabalho, têm menos tempo para dedicar aos filhos, cabendo às mães esse papel. Entretanto, dois argumentos podem ser contrapostos a este. Em primeiro lugar, estas não são famílias "típicas", são famílias nas quais as mães apresentam altas taxas de atividade, assumindo, muitas vezes, o papel de principal provedor, em substituição aos pais. Além disso, mesmo admitindo uma menor disponibilidade de tempo dos pais, isto poderia, quando muito, explicar a menor frequência de conversas com os filhos, mas dificilmente seria explicação suficiente para os dois outros aspectos, uma vez que percepções e sentimentos referentes à ajuda e à confiança são altamente subjetivos e pouco dependentes de tempo objetivo.

Entretanto, se, em todos os grupos, o pai aparece como uma figura apagada, nas famílias de menores de rua ela praticamente se esvai. Aqui, apenas 2,6% dos pais, segundo as famílias, e 5,1% segundo os menores, são apontados como a pessoa que mais conversa com o filho. Já as mães são apontadas por 43,6% deles e os irmãos por 10,3%. Quanto à pessoa que mais o ajuda, os pais ficam com apenas 5,3% das escolhas, enquanto as mães ficam com 44,7%. E apenas um dos menores de rua apontou o pai como a pessoa em quem mais confia. Os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, mais uma vez, estão mais próximos dos menores de rua do que dos ou-

tros meninos trabalhadores: nenhum deles declarou ser o pai a pessoa em quem mais confia. A Figura 3 compara os menores de rua à média obtida entre os grupos de menores trabalhadores, no que se refere a esses três aspectos.

Em resposta a perguntas específicas sobre a qualidade de seus relacionamentos no grupo familiar antes de sua saída de casa, 75% dos menores de rua afirmam terem tido uma relação difícil ou inexistente com o pai biológico. Destes, cerca de 20% não conheceram seus pais. Este padrão de relacionamento os distingue ainda mais do conjunto de menores trabalhadores, 50,7% dos quais consideram normal sua relação com o pai. Os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, entretanto, são novamente uma exceção, seguindo padrão muito semelhante ao observado entre os menores de rua.

Já o relacionamento com as mães se apresenta bem melhor do que o referente aos pais em todos os grupos, embora os menores de rua revelem maior grau de dificuldade (67,5% o consideram normal, enquanto a média correspondente aos menores trabalhadores é de 86,1%). Quadro semelhante se observa com relação aos irmãos (66,7% dos menores de rua consideram normal o seu relacionamento com os irmãos, enquanto a média para os menores trabalhadores é 91,2%) e com relação a outras crianças e adolescentes da vizinhança (67,7%). Quanto a estas, vários menores de rua, assim como os engraxates, vigias de carro e catadores de papel, declaram não manter com elas nenhum relacionamento.

Considerando-se todos os dados sobre relacionamentos do menor na família e na vizinhança, conclui-se que o menino de rua parece enfrentar maiores dificuldades de ordem interpessoal do que os menores trabalhadores. A dificuldade percebida por esses menores e por suas famílias em seu relacionamento com o pai é, entretanto, aquela que assume maiores proporções, o que vem confirmar aspectos negativos desse relacionamento, anteriormente mencionados.